



PARECER CONCLUSIVO

ÓRGÃO PÚBLICO CONVENIENTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO**

ENTIDADE CONVENIADA: **CASA DA CRIANÇA FUTURO FELIZ – CRIFF**

CNPJ: **02.173.852/0001-06**

ENDEREÇO : **RUA DAS CEGONHAS, 36 – JARDIM HATORI - REGISTRO- SP**

RESPONSÁVEL (IS) PELA ENTIDADE: **JOSÉ SANDRO MESCYSZYU**

Nº DO CONVENIO: **009/2015**

EXERCÍCIO: **2015**

VALOR DO CONVÊNIO: **R\$ 45.576,00 (Quarenta e cinco mil e quinhentos e setenta e seis reais)**

VALOR DO REPASSE: **R\$ 45.576,00 (Quarenta e cinco mil e quinhentos e setenta e seis reais)**

Atestamos para fins de comprovação da aplicação dos recursos transferidos à Entidade acima, nos termos do artigo 370 das instruções nº 002/2008 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que:

I – A Entidade está localizada à Rua das Cegonhas, 36 – Jardim Hatori neste município e encontra-se em regular funcionamento. A Casa da Criança Futuro Feliz – CRIFF tem como finalidade atender crianças órfãs, abandonadas e vitimadas, de zero a onze anos e onze meses de acordo com o Artigo 2º do Estatuto Social Consolidado;

II – Recebemos a prestação de contas, nos prazos regulamentares, exceto na 4ª parcela. Não houve aplicação de sanções, considerando a devida comprovação para a finalidade conveniada;

III – Datas dos repasses concedidos e das respectivas prestações de contas:

REPASSE CONCEDIDO		PRESTAÇÃO DE CONTAS
DATA	FONTE DE RECURSO	DATA
29/01/2015	MUNICIPAL	10/02/2015
13/02/2015	MUNICIPAL	23/03/2015
26/03/2015	MUNICIPAL	06/04/2015
09/04/2015	MUNICIPAL	14/05/2015
18/05/2015	MUNICIPAL	11/06/2015
22/06/2015	MUNICIPAL	17/07/2015
28/07/2015	MUNICIPAL	12/08/2015
18/08/2015	MUNICIPAL	11/09/2015
23/09/2015	MUNICIPAL	13/10/2015
27/10/2015	MUNICIPAL	10/11/2015
01/12/2015	MUNICIPAL	16/12/2015
28/12/2015	MUNICIPAL	07/01/2016

IV – Apresentamos no quadro abaixo os valores transferidos, identificando número, data e valor da respectiva nota de empenho, por fonte de recurso:

Nº DO EMPENHO	DATA DO EMPENHO	FONTE DE RECURSO	VALOR DO EMPENHO	VALOR TRANSFERIDO
978/000	22/01/2015	MUNICIPAL	R\$ 3.798,00	R\$ 3.798,00
1480/001	10/02/2015	MUNICIPAL	R\$ 3.798,00	R\$ 3.798,00
1480/002	24/03/2015	MUNICIPAL	R\$ 3.798,00	R\$ 3.798,00

1480/003	07/04/2015	MUNICIPAL	R\$ 3.798,00	R\$ 3.798,00
1480/004	18/05/2015	MUNICIPAL	R\$ 3.798,00	R\$ 3.798,00
1480/005	18/06/2015	MUNICIPAL	R\$ 3.798,00	R\$ 3.798,00
1480/006	27/07/2015	MUNICIPAL	R\$ 3.798,00	R\$ 3.798,00
1480/007	14/08/2015	MUNICIPAL	R\$ 3.798,00	R\$ 3.798,00
1480/008	11/09/2015	MUNICIPAL	R\$ 3.798,00	R\$ 3.798,00
1480/009	14/10/2015	MUNICIPAL	R\$ 3.798,00	R\$ 3.798,00
1480/010	27/11/2015	MUNICIPAL	R\$ 3.798,00	R\$ 3.798,00
1480/011	14/12/2015	MUNICIPAL	R\$ 3.798,00	R\$ 3.798,00
TOTAL			R\$ 45.576,00	R\$ 45.576,00

V – Não houve rendimentos financeiros auferidos neste convênio;

VI – Os valores foram aplicados no objeto do repasse, e não houve glosas na execução convênio, referente despesas executadas em acordo com o Plano de Trabalho, a seguir;

DATA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	VALOR APLICADO
10/02/2015	R\$ 3.798,00
23/03/2015	R\$ 3.798,00
06/04/2015	R\$ 3.798,00
14/05/2015	R\$ 3.798,00
11/06/2015	R\$ 3.798,00
17/07/2015	R\$ 3.798,00
12/08/2015	R\$ 3.798,00
11/09/2015	R\$ 3.798,00
13/10/2015	R\$ 3.798,00
10/11/2015	R\$ 3.798,00
16/12/2015	R\$ 3.798,00
07/01/2016	R\$ 3.798,00
TOTAL	R\$ 45.576,00

VII – Não houve devolução de valor glosado;

VIII – Não houve devolução de saldo de recursos;

IX - O item IX do artigo 370 das Instruções Normativas 002/2008 não se aplica a repasse a entidades do Terceiro Setor;

X - Constitui objeto deste convênio o desenvolvimento, pelos partícipes, de atividades destinadas à prestação de serviços assistenciais compreendidos na área da criança de 0 a 11 anos e 11 meses e vinte e nove dias, em situação de necessidade de acolhimento provisório, objetivos e diretrizes da LOAS e na conformidade da Política Municipal de Assistência Social, do Plano Municipal de Assistência social e do plano de Trabalho que constitui parte integrante deste Convênio. A opção pelo conveniamento no presente caso se justifica por se revelar a forma mais vantajosa de prestação de serviços de interesse público na área de atuação em questão, sob o prisma da relação custo-benefício entre os fins alcançados e os recursos empregados para tanto, observando, assim, o princípio da economicidade.

Registramos, também, que todos os valores que constam do Plano de Trabalho expressam e comprovam a execução das ações propostas. No que diz respeito aos quantitativos de cada bem e serviço que consta do Plano de Trabalho, esclarecemos que foram analisados pela equipe técnica competente deste ente, que confirmou que a execução do objeto efetivamente demanda o uso de bens e serviços naquelas exatas quantidades. Considerando à excepcionalidade desta opção para formar o vínculo de cooperação, visto que o Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes preconizado na Lei nº 8.742 do SUAS, se faz necessário para que o Município possa atender aos serviços tipificados da Assistência Social. O critério de escolha do conveniado se deu por conta de não existir no Município nenhum equipamento da área da Assistência Social, que realize o serviço de Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes.

As atividades a serem executadas pela Entidade:

- Acolher e garantir proteção integral;

- Contribuir para a prevenção do agravamento de situações de negligência, violência e ruptura de vínculos;
- Restabelecer vínculos familiares e/ou sociais;
- Possibilitar a convivência comunitária;
- Promover acesso à rede socioassistencial, aos demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos e às demais políticas públicas setoriais;
- Favorecer o surgimento e o desenvolvimento de aptidões, capacidades e oportunidades para que os indivíduos façam escolhas com autonomia;
- Preservar vínculos com a família de origem, salvo determinação judicial em contrário;
- Promover o acesso a programações culturais, de lazer, de esporte e ocupacionais internas e externas, relacionando-as a interesses, vivências, desejos e possibilidades do público.

Atestamos, portanto, a adequação e real necessidade dos gastos previstos no Plano de Trabalho.

XI – Houve o cumprimento das cláusulas pactuadas em conformidade com a regulamentação que rege a matéria.

XII – Houve a regularidade dos gastos efetuados e sua perfeita contabilização, atestados pela Secretaria Gestora e pelo Controle Interno do Município;

XIII - O item IX do artigo 370 das Instruções Normativas 002/2008 não se aplica a repasse a entidades do Terceiro Setor;

XIV – Os recursos foram aplicados em conformidade com o objeto do repasse, de acordo com o estabelecido no respectivo Plano de Trabalho e de metas. Quanto ao estabelecido no respectivo Plano de Trabalho e de Metas, houve Parecer Favorável com Ressalvas na prestação de contas de repasse da 4ª parcela, devido ao descumprimento do prazo de prestação da mesma;

XV – Que os originais dos comprovantes de gastos contém a identificação da entidade beneficiária, o tipo de repasse, o número do convênio e o órgão repassados do recurso a que se referem.

XVI - A entidade está regular com recolhimento de encargos trabalhistas

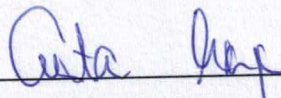
XVII - Foram atendidos os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

XVIII - A existência e o funcionamento regular do Controle Interno do Órgão Público Concessor, composto pelo Senhor Ricardo Ferreira Hiraide portador do CPF nº 215.917.248-05;

CONCLUSÃO

Em face de tudo o exposta acima, emitimos **PARECER CONCLUSIVO FAVORÁVEL COM RESSALVAS** à Prestação de Contas ora apresentada.

Registro, 28 de março de 2.016.



CRISTIANE MARQUES

Secretária Municipal de Assistência Des. Social e Economia Solidária



RICARDO FERREIRA HIRAIDE

Diretor do Depto. Do Controle Interno da Prefeitura Municipal de Registro



GILSON WAGNER FANTIN

Prefeito Municipal de Registro